

**HABEAS CORPUS Nº 515.031 - SP (2019/0167108-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : BRUNO DA SILVA OLIVEIRA - SP317041  
JOEL JUNIOR AMORIM RODRIGUES - SP426882  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIS MORETI SALVINO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIS MORETI SALVINO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 0013769-50.2015.8.26.0196).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 2 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 7º, inciso II, da Lei n. 8.137/1990 (e-STJ fls. 190/192).

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, o qual foi improvido (e-STJ fls. 240/248), em acórdão assim ementado:

*CRIMES CONTRA A RELAÇÃO DE CONSUMO (ART. 7º, INCISO II, DA LEI 8.137/90). Preliminar - cerceamento de defesa - descabimento - indeferimento das perguntas da defesa em audiência feito de forma fundamentada - fato que, em nada, auxiliaria na busca da verdade real e na formação do convencimento do julgador. Homologação da desistência da oitiva de testemunha da acusação - regular - faculdade da parte que arrola a testemunha dela desistir, ato que não necessita da anuência da parte contrária. Mérito - absolvição por falta de provas ou estar provado que o réu não concorreu a infração penal - descabimento - palavra da vítima, laudos periciais que comprovam a autoria do delito. pena e regime aplicados de forma correta. Sentença mantida. Recurso desprovido.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/10), o impetrante sustenta que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve sentença que exasperou a pena-base sem motivação idônea. Para tanto, afirma ser indevido o desvalor atribuído aos maus antecedentes, na

medida em que foram utilizados processos em curso, o que vulnerou o disposto na Súmula 444/STJ.

Em consequência, afirma ser indevido o recrudescimento do regime prisional e a negativa de substituição da pena privativa de liberdade ou, eventualmente, a não suspensão condicional da pena. No ponto, assevera que o paciente é tecnicamente primário, a condenação não excede 4 anos de reclusão e o crime praticado não envolve violência ou grave ameaça à pessoa.

Ao final, formula pedido liminar para que o paciente possa aguardar em liberdade o julgamento deste *writ* e, no mérito, pede a alteração do regime prisional para aberto e a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos ou, subsidiariamente, a suspensão condicional da pena.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispenso informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA

Relator

